

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCVII • Nº 217

Poder Legislativo

Recife, segunda-feira, 7 de dezembro de 2020

Ordem do Dia: Plenário aprova pacote fiscal do Governo do Estado

FOTO: BRENO LAPROVITERA

CORONAVÍRUS

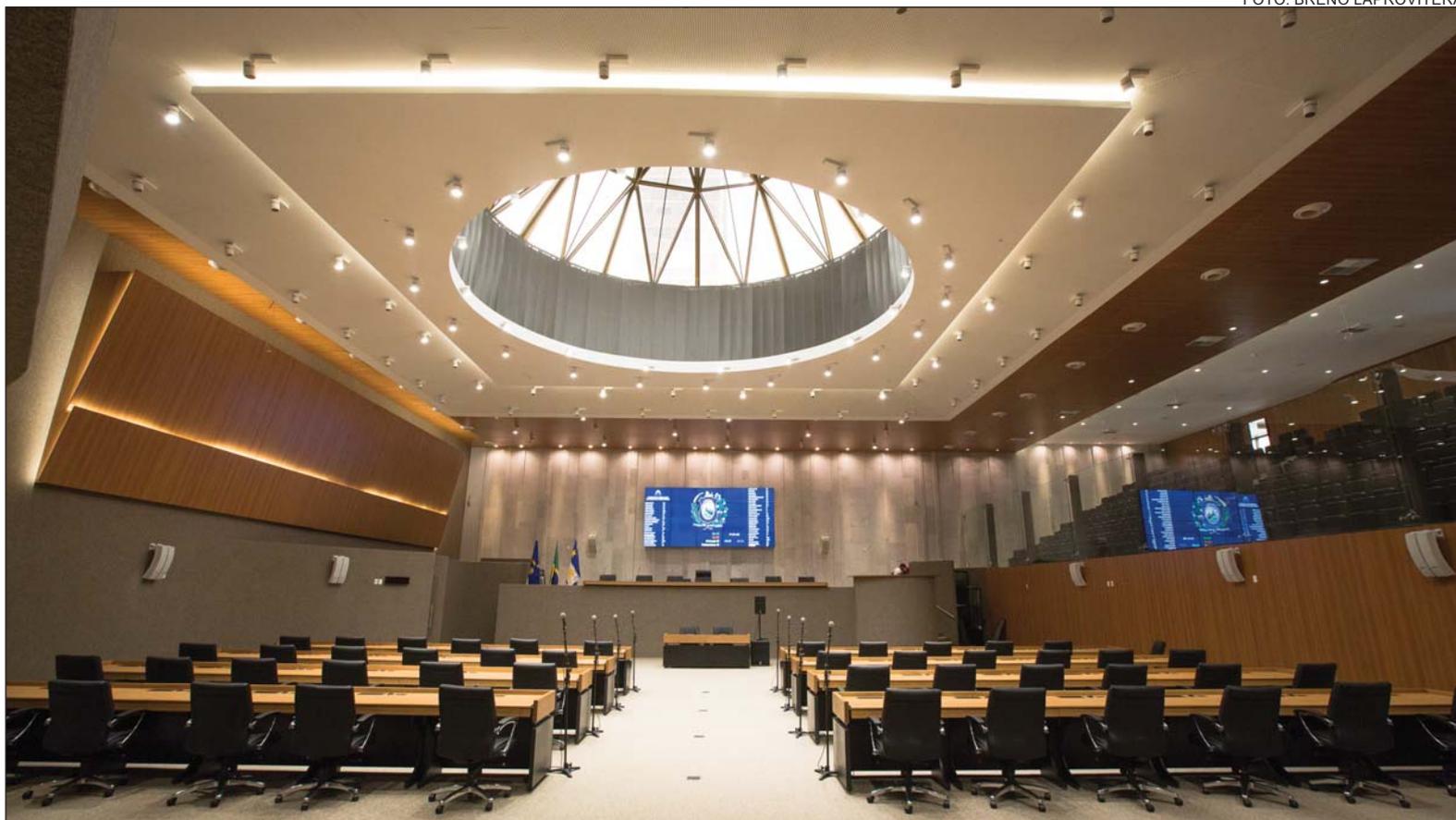
Em Reunião Extraordinária realizada ontem, a ALEPE deu aval a oito projetos de lei (PLs) encaminhados pelo Poder Executivo. O pacote reúne proposições que alteram a legislação fiscal pernambucana, de modo a preparar o Estado para o momento econômico decorrente da pandemia do novo coronavírus. Inclui, ainda, iniciativa para estender a validade de um programa de benefício rural e autorização para alienar imóveis. Veja algumas das matérias aprovadas na Ordem do Dia:

REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS

O Plenário acatou, em primeira votação, o PL nº 1648/2020, que oferece condições mais flexíveis para a regularização de débitos perante o Fisco estadual. A matéria determina que parcelamentos perdidos por inadimplência entre abril e julho deste ano sejam restabelecidos e concedidos de ofício pelo Governo do Estado. A medida busca beneficiar os contribuintes que tiveram dificuldades econômicas em virtude da pandemia do novo coronavírus.

A iniciativa valerá para todos os impostos estaduais – sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e a Transmissão Causa Mortis e Doação (ICD). No caso do ICD, o contribuinte ainda poderá fazer um novo parcelamento do que é devido.

O texto também prevê descontos de até 80% da multa e 95% dos juros, no caso do ICMS, para transações ocorridas entre março e junho de 2020, se houver quitação integral do débito. Quem optar por parcelar pode obter redução de 60% da multa e 75% dos juros, dividindo em seis vezes, ou de 40% da multa e 50%



dos juros em até 24 meses. Num cenário de inclusão do débito na Dívida Ativa, será necessário pagar 5% do valor para custear honorários advocatícios.

Na justificativa, o Poder Executivo argumenta que a proposta tenta “mitigar os inevitáveis impactos econômicos e sociais ocasionados pela situação de emergência em saúde pública”, acrescentando que essas condições de pagamento são “excepcionais e transitórias”, cabíveis em razão do “difícil quadro de recessão”.

MUDANÇAS EM BENEFÍCIOS FISCAIS

Também em Primeira Discussão, foi aprovado, pela maioria dos parlamentares, o PL nº 1605/2020, do Governo Estadu-

al. A proposição obriga empresas beneficiárias do Programa Mais Atacadistas – que concede descontos em transações entre hipermercados, supermercados e centros atacadistas que integram um mesmo grupo societário – a pagar 0,05% do faturamento mensal ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF).

Votaram contra o projeto os deputados Alberto Feitosa (PSC), Antonio Coelho (DEM), Fabrizio Ferraz (PP), Priscila Krause (DEM), Romero Sales Filho (PTB) e Wanderson Florêncio (PSC).

O Plenário ainda deu aval ao PL nº 1646/2020, que impõe prazo para o fim de benefícios fiscais, em conformidade com a legislação nacional criada para tentar acabar com a “guerra fiscal” entre os Estados – a Lei Complementar Federal nº

160/2017 e o Convênio ICMS nº 190/2017, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Alberto Feitosa, Priscila Krause, Romero Sales Filho e Wanderson Florêncio se abstiveram de votar. Também com esse objetivo, o PL nº 1647/2020 foi referendado na ocasião.

MAIS PRAZO PARA PROJETOS RURAIS

O Plenário realizou a primeira votação do PL nº 1644/2020, que autoriza o Governo do Estado a prorrogar o prazo de execução de 26 ações contempladas com recursos do Programa Pernambuco Rural Sustentável (PRS). Segundo o Poder Executivo, a extensão mostrou-se necessária por causa da pandemia do novo coronavírus, que limitou o trabalho e atrasou o

cronograma de atividades.

De acordo com o texto, os novos instrumentos de convênio a serem firmados terão os orçamentos e planos de trabalho reformulados, os quais serão acompanhados pelos coordenadores do PRS, vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário e ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural). As prorrogações não geram impacto financeiro-orçamentário ao Estado.

Para implementar o PRS, Pernambuco conta com valores provenientes de empréstimo feito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). As verbas são utilizadas em ações multissetoriais que visam contribuir para o aumento da competitividade e a melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares locais.

Edital**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA**

Convoco, nos termos do Art. 118, inciso I, do Regimento Interno da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, os Deputados Estaduais Antônio Coelho (DEM), Clovis Paiva (PP), Henrique Queiroz Filho (PR) e Roberta Arraes (PP), membros titulares, bem como os suplentes Antônio Moraes (PP), Antônio Fernando (PSC), Marcantônio Dourado (PP), Gustavo Gouveia (DEM) e Isaltino Nascimento (PSB), para comparecerem à reunião ordinária no dia 09 (nove) de Dezembro de 2020, às 16:00h (dezesesseis horas), através de videoconferência, com a seguinte pauta:

1. Projetos em Discussão:

1.1 Projeto de Lei Ordinária nº 1718/2020.

ORIGEM: Poder Executivo Estadual
EMENTA: Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco.
Relator: Deputado Isaltino Nascimento - PSB

1.2 Projeto de Lei Ordinária nº 1719/2020.

ORIGEM: Poder Executivo Estadual
EMENTA: Disciplina o Fundo Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco - FEMA-PE.
Relator: Antônio Fernando - PSC

Deputado Doriel Barros
Presidente

Ordem do Dia

DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2020, ÀS 10:00 HORAS, PELO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA.

ORDEM DO DIA

Segunda Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 1647/2020
Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a adequação dos termos finais para fruição dos benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS aos prazos-limites de fruição de benefícios fiscais previstos na Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e no Convênio ICMS 190/2017.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 12/11/2020

Segunda Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 1648/2020
Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre redução de multa e juros de crédito tributário relativo ao ICMS, restabelecimento de parcelamentos perdidos relativos ao ICMS e ao IPVA e reparcelamento de parcelamento perdido relativo ao ICD, nas condições que especifica.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 12/11/2020

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; **1ª Vice-Presidente**, Deputada Simone Santana; **2ª Vice-Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho; **3ª Secretária**, Deputada Teresa Leitão; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto; **1º Suplente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **2º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **3º Suplente**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Suplente**, Deputado Romero; **5º Suplente**, Deputado Joel da Harpa; **6º Suplente**, Deputado Gustavo Gouveia; **7º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Cássia Maria Lins Villarim Silva; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Enocino Magalhães Lyra Filho; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Silvio Tavares de Amorim; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Tito Lívio de Moraes Araújo Pinto; **Superintendente de Inteligência Legislativa** - Delegado Esp. José Oliveira Silvestre Júnior; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Cláudia Lucena; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Verônica Barros; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Segunda Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 1652/2020
Autor: Poder Executivo

Redenomina o grupo ocupacional de carreira e os respectivos cargos públicos que indica.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal
Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta

Dispensado o Interstício na forma Regimental

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/11/2020

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1646/2020
Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a adequação dos termos finais para fruição dos benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS aos prazos-limites de fruição de benefícios fiscais previstos na Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e no Convênio ICMS 190/2017.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 12/11/2020

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1650/2020
Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a alienar, mediante licitação, os imóveis que indica.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/11/2020

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1605/2020
Autor: Poder Executivo

Altera a Lei nº 15.865, de 30 de junho de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal, relativamente ao depósito efetuado por estabelecimento comercial atacadista beneficiário da sistemática denominada "Mais Atacadistas – Pernambuco".

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Dispensado o Interstício na forma Regimental

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/10/2020

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1617/2020
Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, à Ordem dos Advogados do Brasil o imóvel integrante de seu patrimônio situado na Rua Buenos Ayres, Heliópolis, no município de Garanhuns.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

Dispensado o Interstício na forma Regimental

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/10/2020

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1644/2020
Autor: Poder Executivo

Autoriza a continuidade de execução de subprojetos iniciados no âmbito do Projeto Pernambuco Rural Sustentável – PRS, de que trata a Lei nº 14.145, de 1º de setembro de 2010 e, prorroga em caráter excepcional, a contratação por tempo determinado na situação que especifica.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 8ª Comissões.

Dispensado o Interstício na forma Regimental

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/11/2020

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1714/2020
Autor: Poder Judiciário

Altera a Lei nº 14.989, de 29 de maio de 2013, que cria o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE, a fim de fixar a vedação de utilização de recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE), para qualquer despesa que não seja objeto de sua exclusiva vinculação.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Dispensado o Interstício na forma Regimental

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2020

Expediente

DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 4410, 4411, 4413, 4414, 4415, 4416, 4417 E 4423 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos nºs 1605, 1644, 1646, 1647, 1648, 1650, 1652 e 1714
À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 4431, 4435, 4437, 4438, 4439, 4440, 4443 E 4444 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável aos Projetos nº 1605, 1644, 1646, 1647, 1648, 1652, 1652 e 1714.
À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 4447, 4448, 4449, 4450, 4451, 4452, 4453 e 4454 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável aos Projetos nº 1605, 1644, 1646, 1647, 1648, 1650, 1652 e 1714.
À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 4460, 4461 e 4462 - DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS opinando favorável aos Projetos nº 1617, 1644 e 1650.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 4465 - DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL opinando favorável ao Projeto nº 1644.

À Imprimir.

Requerimentos

Requerimento Nº 002504/2020

Requeremos à Mesa, nos termos do Parágrafo único do art. 236, do Regimento Interno, no sentido de que seja dispensado o interstício para a segunda discussão do Projeto de Lei nº 1605/2020, de autoria do Poder Executivo que Altera a Lei nº 15.865, de 30 de junho de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal, relativamente ao depósito efetuado por estabelecimento comercial atacadista beneficiário da sistemática denominada “Mais Atacadistas – Pernambuco”.

Justificativa

Sala das Reuniões, em 05 de Dezembro de 2020.

Isaltino Nascimento

Adalto Santos
Aglailson Victor
Aluísio Lessa
Antônio Moraes
Clodoaldo Magalhães
Clovis Paiva
Delegada Gleide Ângelo
Delegado Erick Lessa
Diogo Moraes
Eriberto Medeiros
Fabiola Cabral
Fabrizio Ferraz
Francismar Pontes
Henrique Queiroz Filho
João Paulo
João Paulo Costa
Joaquim Lira
José Queiroz
Marcantonio Dourado Filho
Pastor Cleiton Collins
Professor Paulo Dutra
Roberta Arraes
Rogério Leão
Romário Dias
Romero Albuquerque
Simone Santana
Sivaldo Albino
Tony Gel
Waldemar Borges

DEFERIDO

Requerimento Nº 002505/2020

Requeremos à Mesa, nos termos do Parágrafo único do art. 236, do Regimento Interno, no sentido de que seja dispensado o interstício para a segunda discussão do Projeto de Lei nº 1617/2020, de autoria do Poder Executivo que Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica.

Justificativa

Sala das Reuniões, em 05 de Dezembro de 2020.

Isaltino Nascimento

Adalto Santos
Aglailson Victor
Aluísio Lessa
Antônio Moraes
Clodoaldo Magalhães
Clovis Paiva
Delegada Gleide Ângelo
Delegado Erick Lessa
Diogo Moraes
Eriberto Medeiros
Fabiola Cabral
Fabrizio Ferraz
Francismar Pontes
Henrique Queiroz Filho
João Paulo
João Paulo Costa
Joaquim Lira
José Queiroz
Marcantonio Dourado Filho
Pastor Cleiton Collins
Professor Paulo Dutra
Roberta Arraes
Rogério Leão
Romário Dias
Romero Albuquerque
Simone Santana
Sivaldo Albino
Tony Gel
Waldemar Borges

DEFERIDO

Requerimento Nº 002506/2020

Requeremos à Mesa, nos termos do Parágrafo único do art. 236, do Regimento Interno, no sentido de que seja dispensado o interstício para a segunda discussão do Projeto de Lei nº 1644/2020, de autoria do Poder Executivo que Autoriza a continuidade de execução de subprojetos iniciados no âmbito do Projeto Pernambuco Rural Sustentável – PRS, de que trata a Lei nº 14.145, de 1º de setembro de 2010 e, prorrogar em caráter excepcional, a contratação por tempo determinado na situação que especifica.

Justificativa

Sala das Reuniões, em 05 de Dezembro de 2020.

Isaltino Nascimento

Adalto Santos
Aglailson Victor
Aluísio Lessa
Antônio Moraes
Clodoaldo Magalhães
Clovis Paiva
Delegada Gleide Ângelo
Delegado Erick Lessa
Diogo Moraes
Eriberto Medeiros
Fabiola Cabral
Fabrizio Ferraz
Francismar Pontes
Henrique Queiroz Filho
João Paulo
João Paulo Costa
Joaquim Lira
José Queiroz
Marcantonio Dourado Filho
Pastor Cleiton Collins
Professor Paulo Dutra
Roberta Arraes
Rogério Leão
Romário Dias
Romero Albuquerque
Simone Santana
Sivaldo Albino
Tony Gel
Waldemar Borges

DEFERIDO

Requerimento Nº 002507/2020

Requeremos à Mesa, nos termos do Parágrafo único do art. 236, do Regimento Interno, no sentido de que seja dispensado o interstício para a segunda discussão do Projeto de Lei Complementar nº 1652/2020, de autoria do Poder Executivo que Redenomina o grupo ocupacional de carreira e os respectivos cargos públicos que indica.

Justificativa

Sala das Reuniões, em 05 de Dezembro de 2020.

Isaltino Nascimento

Adalto Santos
Aglailson Victor
Aluísio Lessa
Antônio Moraes
Clodoaldo Magalhães
Clovis Paiva
Delegada Gleide Ângelo
Delegado Erick Lessa
Diogo Moraes
Eriberto Medeiros
Fabiola Cabral
Fabrizio Ferraz
Francismar Pontes
Henrique Queiroz Filho
João Paulo
João Paulo Costa
Joaquim Lira
José Queiroz
Marcantonio Dourado Filho
Pastor Cleiton Collins
Professor Paulo Dutra
Roberta Arraes
Rogério Leão
Romário Dias
Romero Albuquerque
Simone Santana
Sivaldo Albino
Tony Gel
Waldemar Borges

DEFERIDO

Requerimento Nº 002508/2020

Requeremos à Mesa, nos termos do Parágrafo único do art. 236, do Regimento Interno, no sentido de que seja dispensado o interstício para a segunda discussão do Projeto de Lei nº 1714/2020, de autoria do Poder Executivo que Altera a Lei nº 14.989, de 29 de maio de 2013, que cria o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE, a fim de fixar a vedação de utilização de recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE), para qualquer despesa que não seja objeto de sua exclusiva vinculação.

Justificativa

Sala das Reuniões, em 05 de Dezembro de 2020.

Isaltino Nascimento

Adalto Santos
Aglailson Victor
Aluísio Lessa
Antônio Moraes
Clodoaldo Magalhães
Clovis Paiva
Delegada Gleide Ângelo
Delegado Erick Lessa
Diogo Moraes
Eriberto Medeiros
Fabiola Cabral
Fabrizio Ferraz
Francismar Pontes
Henrique Queiroz Filho
João Paulo
João Paulo Costa
Joaquim Lira
José Queiroz
Marcantonio Dourado Filho
Pastor Cleiton Collins
Professor Paulo Dutra
Roberta Arraes
Rogério Leão
Romário Dias
Romero Albuquerque
Simone Santana
Sivaldo Albino
Tony Gel
Waldemar Borges

DEFERIDO

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br